

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA NOVA DE GAIA



ÍNDICE

Parte I – Enquadramento Geral do Plano

1.	Introdução	1
2.	Âmbito de aplicação	1
3.	Objectivos gerais	3
4.	Enquadramento legal	4
5.	Antecedentes do processo de planeamento	5
6.	Articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território	8
7.	Ativação do plano	8
7.1	Competências para a ativação do plano	8
7.2	Critérios para a ativação do plano.....	9
8.	Programa de exercícios.....	9

Parte II - Organização da Resposta

1.	Conceito de atuação.....	1
1.1	Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC)	2
1.2	Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).....	3
1.3	Sistema de Gestão de Operações	4
2.	Execução do plano	6
2.1	Fase de Emergência	6
2.2	Fase de Reabilitação.....	7
3.	Articulação e actuação de agentes, organismos e entidades	8
3.1	Missão dos agentes de Proteção Civil	8
3.1.1	Fase de emergência	8
3.1.2	Fase de reabilitação	10
3.2	Missão dos organismos e entidades de apoio.....	12

Parte III – Áreas de intervenção

1.	Administração de meios e recursos.....	1
2.	Logística.....	2

2.1	Apoio logístico às forças de intervenção	3
2.2	Apoio logístico às populações	4
3.	Comunicações	7
4.	Gestão da informação.....	8
4.1	Gestão de informação entre as entidades actuantes nas operações	9
4.2	Gestão da informação às entidades intervenientes do plano.....	10
4.3	Informação pública	11
5.	Procedimentos de evacuação	13
6.	Manutenção da ordem pública.....	15
7.	Serviços médicos e transporte de vítimas	16
8.	Socorro e salvamento.....	18
9.	Serviços mortuários.....	20
10.	Protocolos	21

Parte IV – Informação complementar

Secção I – Protecção civil

1.	Organização geral da protecção civil em Portugal	1
1.1	Estrutura da protecção civil	1
1.2	Estrutura das operações	2
2.	Mecanismos da estrutura de Protecção Civil.....	3
2.1	Composição, convocação e competências da Comissão Municipal de Protecção Civil.....	3
2.2	Critérios e âmbito para a declaração das situações de alerta.....	4
2.3	Sistema de monitorização, alerta e aviso.....	5

Secção II – Análise de riscos

1.	Caracterização Geral	1
2.	Caracterização física.....	3
2.1	Clima	3
2.1.1	Temperatura	3
2.1.2	Precipitação.....	5

2.1.3 Humidade relativa do ar	7
2.1.4 Insolação	7
2.1.5 Vento.....	8
2.2 Hidrografia	10
2.3 Orografia.....	12
2.3.1 Hipsometria.....	12
2.3.2 Declives	13
2.3.3 Exposições	14
2.4 Geologia.....	14
2.5 Solos.....	17
2.6 Flora e fauna	18
2.7 Uso/ocupação do solo	22
2.8 Unidades Homogéneas de Paisagem.....	24
2.9 Zonas sismogénicas/ microzonagem sísmica.....	28
2.10 Praias e sistemas dunares.....	30
3. Caracterização socioeconómica	31
3.1 Dinâmica demográfica	31
3.2 Edifícios e alojamento	36
3.3 Dinâmica económica	40
4. Caracterização das infraestruturas.....	41
4.1 Rede rodoviária	41
4.2 Rede ferroviária	41
4.3 Rede de Abastecimento de água	42
4.4 Rede de saneamento.....	42
4.5 Infraestruturas-hidráulicas	42
4.6 Rede eléctrica.....	43
4.7 Rede de telecomunicações.....	44
4.8 Rede de distribuição de combustíveis.....	44
4.9 Portos.....	44
4.10 Aeroportos e aeródromos	44
4.11 Património Histórico	45

4.12	Serviços de saúde	45
4.13	Estabelecimentos de ensino	45
4.14	Instalações desportivas	45
4.15	Instalações de ação social.....	46
4.16	Áreas industriais	46
4.17	Unidades hoteleiras e grandes superfícies comerciais	46
4.18	Instalações dos agentes de proteção civil, de entidades e organismos de apoio e de estruturas autárquicas	47
5.	Caracterização do risco.....	48
5.1	Análise de risco.....	50
5.1.1	Vagas de frio	53
5.1.2	Ondas de calor	57
5.1.3	Secas.....	62
5.1.4	Ciclones violentos e tornados	66
5.1.5	Galgamentos costeiros.....	72
5.1.6	Cheias e inundações.....	75
5.1.7	Sismos	79
5.1.8	Tsunamis	87
5.1.9	Movimentos de massa em vertentes	91
5.1.10	Acidentes rodoviários	95
5.1.11	Acidentes ferroviários	101
5.1.12	Acidentes aéreos.....	104
5.1.13	Acidentes no transporte de mercadorias perigosas	108
5.1.14	Incêndios urbanos.....	113
5.1.15	Colapso de túneis, pontes e viadutos	117
5.1.16	Rutura de barragens.....	120
5.1.17	Acidentes industriais.....	124
5.1.18	Acidentes em locais com elevada concentração populacional.....	127
5.1.19	Incêndios florestais	133
5.1.20	Hierarquização dos riscos.....	136
5.2	Análise da vulnerabilidade.....	137

5.3	Estratégias para a mitigação de riscos	168
5.3.1	Legislação	168
5.3.2	Planos de contingência	168
5.3.3	Planos estratégicos que integram a gestão de risco.....	169
5.3.4	Projetos e programas integrados destinados a reduzir o risco	172
5.3.5	Avaliações de impacto ambiental na vertente de proteção civil.....	173
5.3.6	Planos de Ordenamento do Território	173
5.3.7	Protocolos	173
5.3.8	Atividade da Comissão Municipal de Proteção Civil	175
5.3.9	Atividade das estruturas autárquicas, agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio.....	177
5.3.10	Ações estratégicas de mitigação do risco	181
6.	Cenários.....	190
7.	Cartografia	207
7.1	Cartografia de Suscetibilidade	208
7.2	Índice de Mapas	215

Secção III – Dados Complementares

1.	Inventário de meios e recursos	1
2.	Lista de contactos	1
3.	Modelos de relatórios e requisições.....	1
3.1	Relatórios.....	1
3.2	Requisições	2
4.	Modelos de comunicados	2
5.	Lista de controlo de atualizações do plano.....	3
6.	Lista de registo de exercícios do plano	4
7.	Lista de distribuição do plano	4
8.	Legislação	6
9.	Bibliografia	19
10.	Glossário	21
11.	Lista de acrónimos e siglas	29

ÍNDICE DE FIGURAS

Parte I – Enquadramento Geral do Plano

Figura 1 – Mapa de Enquadramento Geográfico do Concelho de Vila Nova de Gaia	2
--	---

Parte II – Organização da resposta

Figura 2 – Sistema de gestão de operações do Município de Vila Nova de Gaia	4
---	---

Parte IV – Informação Complementar

Secção I - Proteção Civil

Figura 3 – Estrutura de Proteção Civil em Portugal	1
--	---

Figura 4 – Estrutura das Operações em Portugal	2
--	---

Figura 5 – Estrutura de Operações em Vila Nova de Gaia	3
--	---

Secção II - Análise de Riscos

Figura 6 – Temperaturas médias mensais – Média 1987-1996; Normais de 68 anos	4
--	---

Figura 7 – Temperaturas mínimas mensais – Média 1987-1996; Normais de 68 anos	4
---	---

Figura 8 – Temperaturas máximas mensais – Média 1987-1996; Normais de 68 anos	5
---	---

Figura 9 – Precipitação – Média 1987-1996; Normais de 68 anos.....	6
--	---

Figura 10 – Diagrama ombrotérmico – Normais de 68 anos.....	6
---	---

Figura 11 – Humidade relativa média mensal – Média 1987-1996; Normais de 68 anos	7
---	---

Figura 12 – Insolação – Média 1987-1996; Normais de 89 anos.....	8
--	---

Figura 13 – Velocidade do vento – Média 1987-1996; Normais de 100 anos	8
--	---

Figura 14 – Rumo (deslocação do vento) – Normais Mensais em % (94 anos)	9
---	---

Figura 15 – Bacia Hidrográfica	12
--------------------------------------	----

Figura 16 – Carta de Exposições	14
---------------------------------------	----

Figura 17 – Carta geológica.....	15
----------------------------------	----

Figura 18 – Geologia.....	16
---------------------------	----

Figura 19 – Carta de Solos	18
----------------------------------	----

Figura 20 – Vegetação Natural.....	19
------------------------------------	----

Figura 21 – Áreas para a Conservação do Património Botânico	20
Figura 22 – Valores Faunísticos.....	21
Figura 23 – Caracterização Povoamentos Florestais em 2005	23
Figura 24 – Falhas geológicas e epicentros do concelho de Vila Nova de Gaia e da sua área envolvente.....	29
Figura 25 – Isossistas de intensidades máximas, escala de Mercalli modificada de 1956.....	29
Figura 26 – População Residente e Densidade Populacional (1991/2001), por freguesia.....	33
Figura 27 – Taxa de Analfabetismo (1991/2001), por freguesia	34
Figura 28 – Índice de envelhecimento (1991/2001) – Freguesia	36
Figura 29 – População por sector de atividade (1991/2001), por freguesia	40
Figura 30 – Barragem de Crestuma-Lever.....	43
Figura 31 – Duração das ondas de calor que afetaram o país em: a) 10 a 20 de Junho de 1981 b) 10 a 18 de Julho de 1991 c) 29 de Julho a 15 de Agosto de 2003 d) 15 a 23 de Junho de 2005	58
Figura 32 – Resenha histórica das Cheias do Douro.....	77
Figura 33 – Epicentros de sismos ocorridos na proximidade do concelho de Vila Nova de Gaia.....	83
Figura 34 – Indicadores de acidentes rodoviários no período de 2005 a 2009	96
Figura 35 – Número de acidentes graves ocorridos entre 2005 e 2009 no concelho de Vila Nova de Gaia, por mês do ano	97
Figura 36 – Organismos e entidades de apoio e empresas com as quais poderão ser efetuados protocolos de cooperação no âmbito do PMEPCVNG	175
Figura 37 – Metodologia utilizada na análise dos riscos de origem natural e de origem humana	207

ÍNDICE DE QUADROS

Parte IV – Informação Complementar

Secção II - Análise de Riscos

Quadro 1 – Freguesias do município de Vila Nova de Gaia e respetivas áreas	2
Quadro 2 – Distribuição das Formações Geológicas no Município (área e %)	16
Quadro 3 – Solos – Grupos Principais e Unidades	17
Quadro 4 – Superfície ocupada pelas unidades pedológicas (área e %).....	17
Quadro 5 – Habitats naturais (Anexo I da Diretiva 92/43/CEE)	19
Quadro 6 – Distribuição dos Povoamentos Florestais em 2000.....	23
Quadro 7 – Variação da população entre 1991 e 2001 e densidade populacional das freguesias do município.....	32
Quadro 8 – Estrutura etária e índice de envelhecimento das freguesias do município em 2001	35
Quadro 9 – Número de edifícios por época de construção e estado de conservação por freguesia (Censos 2001).....	38
Quadro 10 – Número de alojamentos segundo a forma de ocupação no concelho e por freguesia (Censos 2001).....	39
Quadro 11 – Riscos identificados para o concelho	49
Quadro 12 – Graus de probabilidade considerados na análise de risco	50
Quadro 13 – Graus de gravidade	51
Quadro 14 – Matriz de risco	52
Quadro 15 - Principais elementos expostos a vagas de frio	54
Quadro 16 - Principais impactos da ocorrência-tipo para vagas de frio	55
Quadro 17 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de vagas de frio no concelho de Vila Nova de Gaia.....	56
Quadro 18 – Principais elementos expostos a ondas de calor	59
Quadro 19 – Principais impactos da ocorrência-tipo para ondas de calor	60
Quadro 20 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de ondas de calor no concelho de Vila Nova de Gaia.....	61
Quadro 21 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade a secas.....	63

Quadro 22 – Principais impactos da ocorrência-tipo para secas.....	64
Quadro 23 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de secas no concelho de Vila Nova de Gaia.....	65
Quadro 24 – Caracterização das diferentes categorias de intensidade de furacões (escala Saffir-Simpson)	67
Quadro 25 – Caracterização das diferentes classificações de intensidades de um tornado.....	68
Quadro 26 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a ciclones violentos e tornados	69
Quadro 27 – Principais impactos da ocorrência-tipo para ciclones violentos e tornados	70
Quadro 28 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de ciclones violentos e tornados no concelho de Vila Nova de Gaia.....	71
Quadro 29 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a galgamentos costeiros.....	73
Quadro 30 – Principais impactos da ocorrência-tipo para galgamentos costeiros	74
Quadro 31 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de galgamentos costeiros no concelho de Vila Nova de Gaia	74
Quadro 32 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a cheias e inundações.....	76
Quadro 33 – Principais impactos da ocorrência-tipo para cheias e inundações	78
Quadro 34 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de cheias e inundações no concelho de Vila Nova de Gaia	78
Quadro 35 – Correspondência entre as magnitudes da escala de Richter e os seus efeitos à superfície.....	79
Quadro 36 – Correspondência entre as intensidades da escala de Mercalli e os seus efeitos à superfície.....	81
Quadro 37 – Epicentros de sismos ocorridos na proximidade do concelho de Vila Nova de Gaia.....	82
Quadro 38 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a sismos	84

Quadro 39 – Principais impactos da ocorrência-tipo de sismos.....	86
Quadro 40 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de sismos no concelho de Vila Nova de Gaia.....	86
Quadro 41 – Registo histórico dos tsunamis ocorridos em Portugal.....	88
Quadro 42 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a tsunamis.....	88
Quadro 43 – Principais impactos da ocorrência-tipo para tsunamis.....	90
Quadro 44 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de tsunamis no concelho de Vila Nova de Gaia	90
Quadro 45 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a movimentos de massa em vertentes.....	92
Quadro 46 – Principais impactos da ocorrência-tipo de movimentos de massa em vertentes	93
Quadro 47 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de movimentos de massa em vertentes no concelho de Vila Nova de Gaia	94
Quadro 48 – Estatísticas de acidentes rodoviários	96
Quadro 49 – Pontos negros do concelho de Vila Nova de Gaia.....	98
Quadro 50 – Principais elementos expostos a acidentes rodoviários	98
Quadro 51 – Principais impactos da ocorrência-tipo de acidentes rodoviários.....	99
Quadro 52 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de acidentes rodoviários no concelho de Vila Nova de Gaia	100
Quadro 53 – Principais elementos expostos a acidentes ferroviários.....	102
Quadro 54 – Principais impactos da ocorrência-tipo de acidentes ferroviários	103
Quadro 55 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de acidentes ferroviários no concelho de Vila Nova de Gaia	103
Quadro 56 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a acidentes aéreos.....	105
Quadro 57 – Principais impactos da ocorrência-tipo de acidentes aéreos	106
Quadro 58 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de acidentes aéreos no concelho de Vila Nova de Gaia	107
Quadro 59 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a	

acidentes no transporte de mercadorias perigosas.....	110
Quadro 60 – Principais impactos da ocorrência-tipo de acidentes no transporte de mercadorias perigosas.....	111
Quadro 61 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de acidentes no transporte de mercadorias perigosas no concelho de Vila Nova de Gaia	112
Quadro 62 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a incêndios urbanos.....	114
Quadro 63 – Principais impactos da ocorrência-tipo de incêndios urbanos	115
Quadro 64 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de incêndios urbanos	116
Quadro 65 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a colapsos de túneis, pontes e infraestruturas.....	118
Quadro 66 – Principais impactos da ocorrência-tipo de colapsos de túneis, pontes e infraestruturas.....	119
Quadro 67 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de colapsos de túneis, pontes e infraestruturas	119
Quadro 68 – Barragens com potencial para provocar danos no concelho em caso de rutura	120
Quadro 69 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a rutura de barragens.....	121
Quadro 70 – Principais impactos da ocorrência-tipo de rutura de barragens	122
Quadro 71 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de rutura de barragens no concelho de Vila Nova de Gaia	123
Quadro 72 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a acidentes industriais.....	125
Quadro 73 – Principais impactos da ocorrência-tipo de acidentes industriais	126
Quadro 74 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de acidentes industriais no concelho de Vila Nova de Gaia	126
Quadro 75 – Principais festas e romarias do concelho de Vila Nova de Gaia.....	129
Quadro 76 – Principais elementos expostos em zona de suscetibilidade elevada a acidentes em locais com elevada concentração populacional	130
Quadro 77 – Principais impactos da ocorrência-tipo de acidentes em locais com	

elevada concentração populacional.....	131
Quadro 78 – Classificação do risco da ocorrência-tipo de acidentes em locais com elevada concentração populacional.....	132
Quadro 79 – Classificação do risco de incêndio florestal por freguesia.....	134
Quadro 80 – Hierarquização do grau de risco das ocorrências-tipo.....	136
Quadro 81 – Análise da vulnerabilidade a galgamentos costeiros.....	138
Quadro 82 – Análise da vulnerabilidade a cheias e inundações.....	140
Quadro 83 – Análise da vulnerabilidade a sismos.....	145
Quadro 84 – Análise da vulnerabilidade a tsunamis.....	146
Quadro 85 – Análise da vulnerabilidade a movimentos de massa em vertentes.....	148
Quadro 86 – Análise da vulnerabilidade a acidentes aéreos.....	155
Quadro 87 – Análise da vulnerabilidade a acidentes no transporte rodoviário de mercadorias perigosas.....	158
Quadro 88 – Análise da vulnerabilidade a acidentes no transporte ferroviário de mercadorias perigosas.....	160
Quadro 89 – Análise da vulnerabilidade a acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos.....	162
Quadro 90 – Análise da vulnerabilidade a incêndios urbanos.....	164
Quadro 91 – Análise da vulnerabilidade a acidentes industriais.....	166
Quadro 92 – Análise da vulnerabilidade a rutura de barragens.....	167
Quadro 93 - Atividade da Comissão Municipal de Proteção Civil na fase de pré- emergência.....	176
Quadro 94 - Atividades da estrutura autárquica na fase de pré-emergência.....	178
Quadro 95 - Atividades dos agentes de proteção civil na fase de pré-emergência.....	180
Quadro 96 - Atividades dos organismos e entidades de apoio na fase de pré- emergência.....	181
Quadro 97 - Principais ações estratégicas a desenvolver de modo a mitigar riscos de origem natural – vagas de frio e ondas de calor.....	183
Quadro 98 - Principais ações estratégicas a desenvolver de modo a mitigar riscos de origem natural – secas, ciclones violentos e tornados, cheias e inundações.....	184
Quadro 99 - Principais ações estratégicas a desenvolver de modo a mitigar riscos de	

origem natural – sismos, tsunamis e movimentos de massa em vertentes	185
Quadro 100 - Principais ações estratégicas a desenvolver de modo a mitigar riscos de origem tecnológica – acidentes viários e aéreos e acidentes no transporte de mercadorias perigosas	186
Quadro 101 - Principais ações estratégicas a desenvolver de modo a mitigar riscos de origem tecnológica – incêndios urbanos, colapso de túneis, pontes, viadutos e edifícios e rutura de barragens.....	187
Quadro 102 - Principais ações estratégicas a desenvolver de modo a mitigar riscos de origem tecnológica – acidentes industriais e acidentes em locais com elevada concentração populacional.....	188
Quadro 103 - Principais ações estratégicas a desenvolver de modo a mitigar riscos de origem mista - incêndios florestais.....	189
Quadro 104 - Ocorrências-tipo consideradas para os riscos de origem natural	199
Quadro 105 - Ocorrências-tipo consideradas para os riscos de origem tecnológica	206
Quadro 106 - Metodologia de produção de cartografia de suscetibilidade de riscos naturais	210
Quadro 107 - Metodologia de produção de cartografia de suscetibilidade de riscos tecnológicos	214
Quadro 108 – Índice de mapas.....	217



PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

SECÇÃO I – PROTEÇÃO CIVIL

1. ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL

1.1 ESTRUTURA DA PROTEÇÃO CIVIL

Conforme o disposto na Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho)

A proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo aquando aquelas situações ocorram.

A direção política da proteção civil depende dos órgãos institucionais do país e estrutura-se do seguinte modo:

ESTRUTURA DE PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL de acordo com a Lei de bases de Proteção Civil (Lei n.º 27/2006)

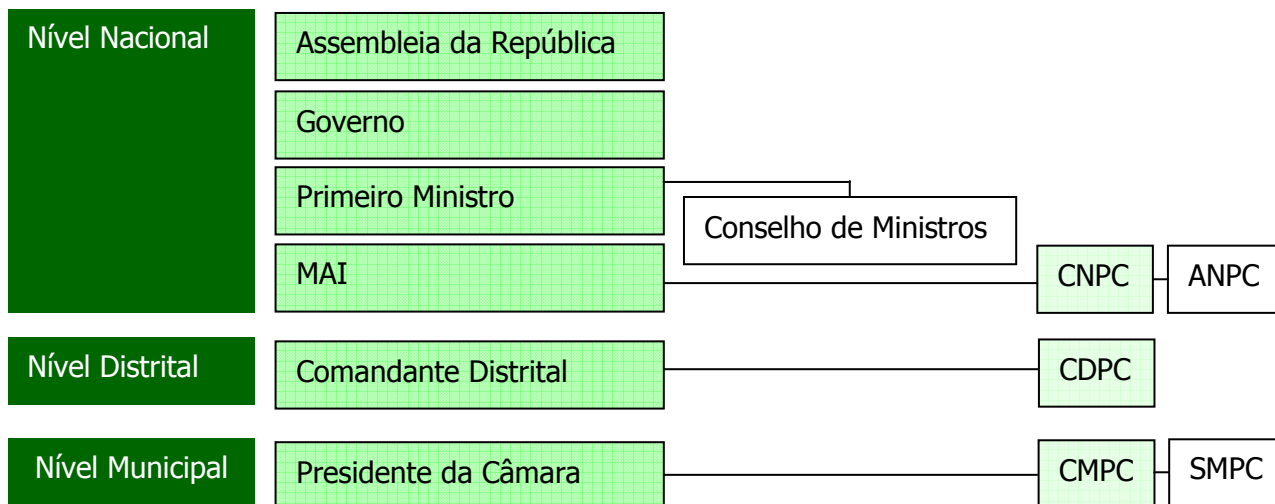


Figura 3 – Estrutura de Proteção Civil em Portugal

(Fonte: Adaptado do Caderno Técnico Prociv – 3 – Manual de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil)

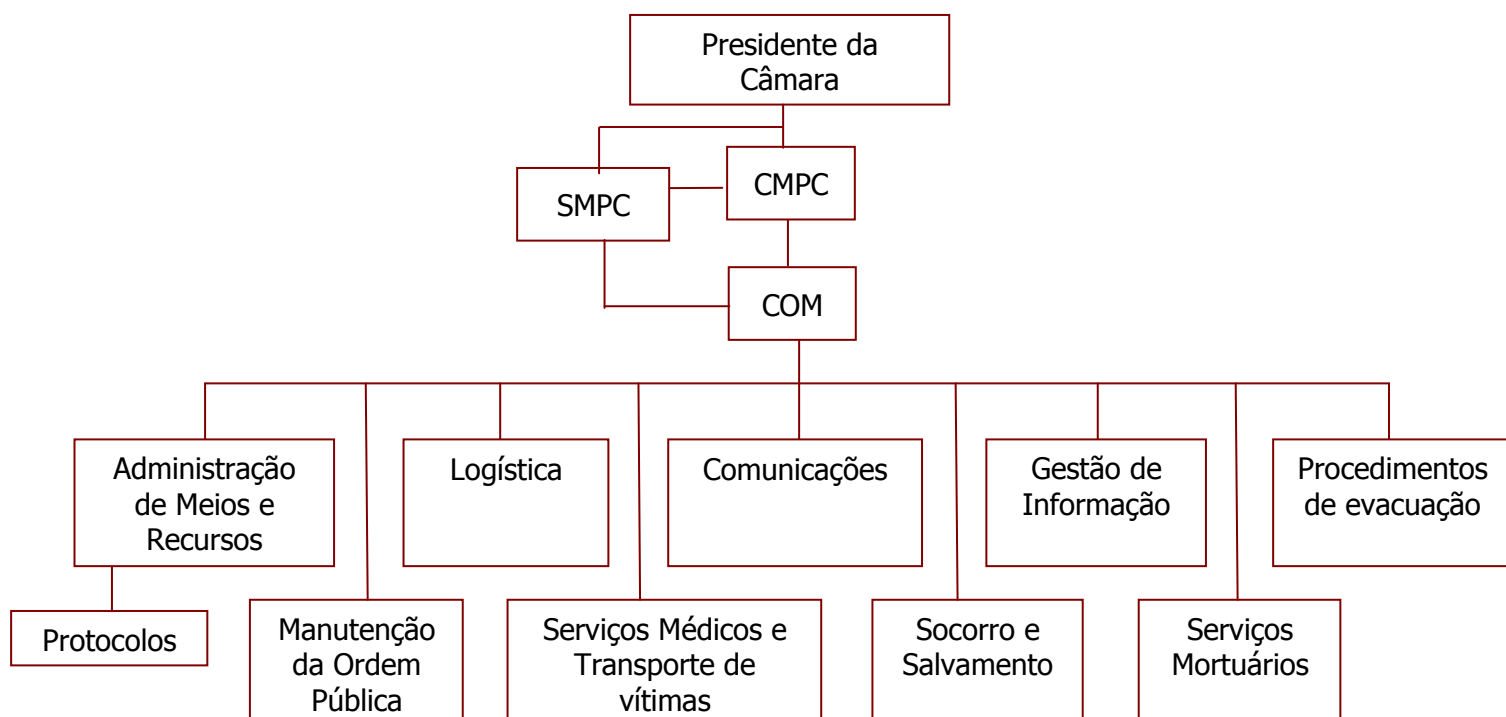
1.2 ESTRUTURA DAS OPERAÇÕES

ESTRUTURA DAS OPERAÇÕES EM PORTUGAL de acordo com a Lei n.º 65/2007 e DL n.º 134/2006



Figura 4 – Estrutura das Operações em Portugal

(Fonte: Caderno Técnico Procv – 3 – Manual de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil)



ESTRUTURA DE OPERAÇÕES EM VILA NOVA DE GAIA

Figura 5 – Estrutura de Operações em Vila Nova de Gaia

2. MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTEÇÃO CIVIL

2.1 COMPOSIÇÃO, CONVOCAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Em cada município existe a CMPC, que é convocada e presidida pela autoridade política municipal, ou seja o Presidente da Câmara Municipal. De acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil – Lei n.º 27/2006 – art. 3.º apresenta-se a composição e competências da CMPC.

COMPOSIÇÃO

Presidente da Câmara Municipal, que preside
Vereador com competências delegadas na matéria
O comandante operacional municipal / Comandante da CBS
Um elemento do comando de cada um dos corpos dos bombeiros voluntários
Comandante da Divisão da PSP de Vila Nova de Gaia
Comandante do Destacamento Territorial da GNR de Vila Nova de Gaia
O Delegado de Saúde do ACES de Gaia
O Delegado de Saúde do ACES de Espinho/Gaia
Um Representante do INEM
O Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia / Espinho
O Diretor executivo do Agrupamento dos Centros de Saúde de Vila Nova de Gaia
O Diretor executivo do Agrupamento dos Centros de Saúde de Vila Nova de Gaia/Espinho
Um Representante do Centro Regional de Segurança Social dos serviços de segurança social e solidariedade

A CMPC poderá integrar, sem ser em regime de permanência, representantes de outras entidades, escolhidos pelo Presidente da Câmara que, pela sua competência e formação específica em matéria de proteção civil e consoante as matérias em discussão, possam contribuir para o aumento da eficácia das medidas a adotar, quer na fase de prevenção, quer essencialmente, na fase de socorro.

O secretariado e demais apoio às reuniões da Comissão são assegurados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

A Comissão Municipal de Proteção Civil é convocada pelo Presidente da Câmara Municipal ou, na sua ausência ou impedimento, pelo seu substituto legal.

Para a convocação dos membros da CMPC, o Presidente da Câmara é apoiado pela Direção Municipal de Bombeiros e Proteção Civil através do seu SMPC.

A convocação será efetuada através de fax e/ou mail para cada um dos membros que compõem a CMPC e poderá ser ainda efetuada confirmação via telefone.

INSTALAÇÕES

A Comissão Municipal de Proteção Civil reúne no Centro Municipal de Operações de Socorro, com sede no Quartel da Companhia de Bombeiros Sapadores de Vila Nova de Gaia, na Avenida Vasco da Gama, número 930, Oliveira do Douro.

Por impedimento do Quartel da Companhia de Bombeiros Sapadores a Comissão reunirá no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia sito na Avenida da República - Mafamude.

São competências da Comissão Municipal de Proteção Civil, de acordo com a Lei n.º 65/2007, alíneas a) e c) do n.º 3 do art. 3.º:

COMPETÊNCIAS

Acionar a elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, remetê-lo para aprovação pela CNPC e acompanhar a sua execução;

Determinar o acionamento dos planos, quando se justifique;

Promover a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil.

2.2 CRITÉRIOS E ÂMBITO PARA A DECLARAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE ALERTA

DECLARAÇÃO DE ALERTA

A situação de alerta pode ser declarada quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave e/ou catástrofe é reconhecida a necessidade de adotar medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação.

O ato de declarar a situação de alerta corresponde ao reconhecimento da adoção de medidas adequadas e proporcionais à necessidade de enfrentar o grau mais baixo de perigo, actual ou potencial (quando inserido numa cadeia com grau crescente de perigo: alerta, contingência e calamidade).

O poder para declarar a situação de alerta é da competência do Presidente da Câmara Municipal.

A declaração de situação de alerta pode reportar-se a qualquer parcela do território, adotando um âmbito inframunicipal ou municipal.

A declaração da situação de alerta menciona expressamente:

- A natureza do acontecimento que a originou;
- O âmbito temporal e territorial;
- A estrutura de coordenação e controlo dos meios e recursos a disponibilizar.

O âmbito material da declaração de situação de alerta, para além das medidas determinadas pela natureza da ocorrência, a declaração dispõe expressamente sobre:

- A obrigatoriedade de convocação da Comissão Municipal de Proteção Civil;
- O estabelecimento dos procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional do Serviço Municipal de Proteção Civil, dos Agentes de Proteção Civil, dos Organismos e Entidades de apoio, bem como dos recursos a utilizar;
- O estabelecimento de orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança;
- A adoção de medidas preventivas adequadas à ocorrência.

A declaração da situação de alerta determina uma obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões, com a estrutura de coordenação definida na situação de declaração de alerta, visando a divulgação das informações relevantes relativas à situação.

A declaração da situação de alerta pode levar a ativação do PMEPCVNG, caso a CMPC assim o decida.

2.3 SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO, ALERTA E AVISO

MONITORIZAÇÃO

A monitorização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil é fundamental, pois irá permitir acompanhar e controlar o plano, identificando eventuais desvios face ao que foi previsto inicialmente.

Deste modo deve ser efetuado um histórico de todos os riscos ocorridos no município após a implementação do plano, com o intuito de perceber a alteração de vulnerabilidade de determinado local face à ocorrência de determinado risco.

A monitorização permitirá ainda estabelecer cenários futuros e deste modo antecipar a ocorrência de determinado risco e tomar as medidas preventivas respetivas.

Compete ao SMPC efetuar o levantamento periódico de alterações consideradas importantes para o plano que tenham ocorrido num determinado local identificado como sendo de risco.

Deverá ainda ter-se em atenção todos os sistemas de monitorização externos, para as diversas tipologias de risco, que emitem comunicados aos SMPC, tais como:

- Sistemas de Avisos Meteorológicos do Instituto de Meteorologia;

- Sistemas de Vigilância de Recursos Hídricos do Instituto da Água;
- Direcção Geral de Saúde;
- Nota informativa e outros enviados pelo CDOS Porto.

ALERTA

Conforme os dados obtidos na monitorização dos riscos é necessário notificar as autoridades, entidades e organismos da iminência ou ocorrência de acontecimentos suscetíveis de causar danos em pessoas e bens.

Compete ao SMPC notificar as diversas entidades, nomeadamente o Comandante Distrital de Operações de Socorro do Porto, que poderão vir a intervir caso se verifique a existência da ocorrência. O sistema de notificação deverá ser redundante. O alerta deve ser emitido através de diferentes meios de difusão de informação com o intuito de garantir a fiabilidade da comunicação.

O alerta pode ser através de fax, mail, mensagem escrita ou telefone.

Consoante os dados monitorizados e de modo a garantir uma prontidão adequada das entidades que venham a intervir no plano são estabelecidos os seguintes **NÍVEIS DE ALERTA**:

AZUL – os serviços devem garantir uma prontidão imediata de 10% do seu efetivo

Os serviços devem garantir que os seus responsáveis e funcionários estão facilmente contactáveis para possíveis acionamentos.

Este nível de alerta existirá sempre que, de acordo com a matriz do risco tipificado, o grau de risco é moderado.

AMARELO – os serviços devem garantir uma prontidão de 25% do seu efetivo até duas horas

Os serviços devem garantir as condições mínimas de operacionalidade para previsíveis acionamentos. Deverão prever a manutenção de algumas equipas/brigadas em estado de prevenção.

Este nível de alerta existirá sempre que, de acordo com a matriz do risco tipificado, o grau de risco é moderado com gravidade moderada e probabilidade média-alta.

LARANJA – os serviços devem garantir uma prontidão de 50% do seu efetivo a seis horas

Os serviços devem garantir o reforço do estado de prontidão operacional, constituindo de imediato equipas/brigadas indispensáveis para fazer face à emergência.

Este nível de alerta existirá sempre que, de acordo com a matriz do risco tipificado, o grau de risco é elevado.

VERMELHO – os serviços devem garantir uma prontidão de 100% do seu efetivo a 12 horas

Os serviços devem garantir o estado de prontidão operacional.

O Presidente da Câmara deve coordenar todas as operações, deve ser convocada a CMPC e decidido activar o PMEPCVNG.

Este nível de alerta existirá sempre que, de acordo com a matriz do risco tipificado, o grau de risco é extremo.

A informação do nível de alerta deve ser sempre comunicado à estrutura de nível superior, CDOS Porto.



AVISO

O aviso das populações deverá compreender duas fases.

Fase de pré-emergência – nesta fase deve ser promovida uma cultura de segurança, com o intuito de sensibilizar os cidadãos para as medidas de autoproteção, para os sinais de aviso e para a colaboração com as autoridades. Para tal poderão ser utilizados folhetos informativos, cartazes, publicações, sessões de esclarecimentos e campanhas de sensibilização.

Fase de emergência – nesta fase importa informar a população sobre as áreas potencialmente afetadas, os itinerários de evacuação, os locais de abrigo onde se devem dirigir, o que devem levar consigo e as medidas de autoproteção que devem seguir.

